

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Terceira Alteração Contratual

FABIO ALBINO VIVIAN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 11/06/1980, empresário, residente e domiciliado à Rua Rosa Domingos Franco, 24, Jardim Carvalho, CEP 84016-240 em Ponta Grossa - PR, portador do RG 6.425,136-8 SSP/PR e CPF 030.307.809-02, **LUCAS VIVIAN**, brasileiro, solteiro, menor púbere, nascido em 30/09/1998, estudante, residente e domiciliado à Rua Rosa Domingos Franco, 24, Jardim Carvalho, CEP 84016-240, em Ponta Grossa - PR, portador do RG 12.804.088-9 SSP/PR e CPF 102.406.609-60, neste ato assistido por seu Pai Sr.º **FABIO ALBINO VIVIAN**, já qualificado, únicos sócios da empresa que gira sob o nome empresarial de **A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME**, com sede e foro à Rua João Haddad, 470, Contorno, CEP 84052-463, em Ponta Grossa - PR, devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ sob o número 41207342630, por despacho em sessão de 11/05/2012 e C.N.P.J. 15.556.601/0001-52, resolvem alterar o citado instrumento conforme cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO: O endereço empresarial passa para a Rua Antonio Saad, 2734 A, Boa Vista, CEP 84073-170 em Ponta Grossa - PR.

Clausula Segunda: DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Contrato Social Consolidado

FABIO ALBINO VIVIAN, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 11/06/1980, empresário, residente e domiciliado à Rua Rosa Domingos Franco, 24, Jardim Carvalho, CEP 84016-240 em Ponta Grossa - PR, portador do RG 6.425,136-8 SSP/PR e CPF 030.307.809-02, **LUCAS VIVIAN**, brasileiro, solteiro, menor púbere, nascido em 30/09/1998, estudante, residente e domiciliado à Rua Rosa Domingos Franco, 24, Jardim Carvalho, CEP 84016-240, em Ponta Grossa - PR, portador do RG 12.804.088-9 SSP/PR e CPF 102.406.609-60, neste ato assistido por seu Pai Sr.º **FABIO ALBINO VIVIAN**, já qualificado, únicos sócios da empresa que gira sob o nome empresarial de **A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME**, com sede e foro à Rua Antonio Saad, 2734 A, Boa Vista, CEP 84073-170 em Ponta Grossa - PR, devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ sob o número 41207342630, por despacho em sessão de 11/05/2012 e C.N.P.J. 15.556.601/0001-52, resolvem consolidar o citado instrumento conforme cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob o nome empresarial de **A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME**, com sede e foro à Rua Antonio Saad, 2734 A, Boa Vista, CEP 84073-170 em Ponta Grossa - PR.

Cláusula Segunda: A sociedade tem por objeto social comércio de artigos e acessórios esportivos, artigos e acessórios de vestuário, artigos de papelaria, artigos para presentes, brinquedos, equipamentos e suprimentos de informática, artigos de armarinhos, eletroeletrônicos, artigos de escritório, móveis de madeira e aço, gondolas, balcões refrigerados, cofres, utensílios domésticos, ferramentas, eletrodomésticos, calçados e peças para veículos automotores.

Cláusula Terceira: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado e o início das atividades foi em 11/05/2012.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB Nº 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Terceira Alteração Contratual

Cláusula Quarta: CAPITAL SOCIAL: O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000,00 (cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios.

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL
Fabio Albino Vivian	49.850	99	R\$ 49.850,00
Lucas Vivian	150	1	R\$ 150,00

Parágrafo Único: O modo de integralização das quotas sociais é realizado à vista, de forma simultânea por ambos os sócios e realizado em moeda corrente deste país, observado o disposto no artigo 1.004 e seguintes da Lei 10406/2002.

Cláusula Quinta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 da Lei 10406/2002.

Parágrafo Único: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o Artigo 1054 c/c o Artigo 997, VIII, do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Sexta: A sociedade poderá abrir filiais no país e no exterior e a transferência ou cessão de quotas, a qualquer título, deverá sempre respeitar a mesma proporção do número de quotas pertencentes a cada sócio na data da ocorrência.

Parágrafo Primeiro: Os sócios têm o direito de preferência entre si, na aquisição das quotas sociais em relação a terceiros estranhos à sociedade.

Parágrafo Segundo: O terceiro estranho à Sociedade poderá ingressar se observado o direito de preferência dos demais sócios e ainda, se adquirir também as quotas sociais de outros sócios que eventualmente não concordem com o seu ingresso e não possuam meios para adquirir as quotas ofertadas.

Cláusula Sétima: Caso algum sócio tenha suas quotas sociais penhoradas e não promova a baixa da constrição dentro de 90 (noventa) dias, os demais sócios poderão adquiri-las na proporção de suas participações societárias, pelo preço da avaliação apontado na constrição judicial, mediante depósito em favor do juízo em que se processar a execução.

Parágrafo Único: Caso o sócio retirante em razão desta cláusula se recuse a assinar a respectiva alteração de contrato, o comprovante do depósito do valor das quotas em favor do juízo da execução, acompanhado de comprovação da penhora das quotas, servirá para fundamentar a alteração contratual junto ao Registro Público das Empresas.

Cláusula Oitava: A administração da Sociedade compete ao sócio quotista **Fabio Albino Vivian**, já qualificado, cabendo-lhe todos os poderes necessários para individualmente administrar os negócios sociais com a cláusula "ad negotia", observado o disposto neste instrumento, podendo ainda representar a Sociedade judicial ou extrajudicialmente, neste caso com a cláusula "ad judicia et extra", bem como praticar todo e qualquer ato de administração no interesse da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: Todos os documentos que criem obrigações para a Sociedade, diferentes da atividade mercantil definida no objeto social, ou desonerem terceiros de obrigações de qualquer valor para com a Sociedade deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinado pelo administrador, ou dele se obtenha por escrito a anuência.

Parágrafo Segundo: É vedado ao sócio (administrador) obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma ou



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB Nº 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Terceira Alteração Contratual

conceder em seu nome avais, fianças ou outras garantias que não seja necessária a consecução do objeto social, ou ainda alienação de seus bens móveis, imóveis e equipamentos, sem a anuência de todos os sócios-administradores.

Parágrafo Terceiro: Fica aberta a possibilidade de a qualquer momento os sócios admitirem um administrador estranho ao contrato social para administrar a sociedade.

Cláusula Nona: O administrador da sociedade declara-se nesta ocasião desimpedido de exercer a administração nos termos da legislação aplicável, não estando incurso em pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Cláusula Décima: Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais, as quais serão tomadas sempre por maioria de votos, podendo o instrumento correspondente ser assinado apenas pelos sócios que juntos reúnam a maior parte do capital social da Sociedade, inclusive no que se refere às deliberações sobre exclusão de sócio da Sociedade.

Cláusula Décima - Primeira: As deliberações dos sócios ocorrerão a qualquer tempo, através de manifestação escrita que assim poderá constituir-se diretamente em alteração do contrato social se unânime a decisão, caso contrário, será obrigatória a realização de no mínimo uma reunião anual observado em especial os artigos 1.071 e 1.078 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Primeiro: Será admitida a convocação dos sócios para reunião ou se for o caso, assembleia, por qualquer meio que possa produzir comprovação, respeitado o prazo de antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Segundo: A convocação para a reunião, seja qual for o seu meio, conterá no mínimo, a data, local e hora da realização da reunião, bem como a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro: Será utilizado o critério geral de 2/3 dos votos para decisões societárias, mas na omissão deste contrato, será observado o quórum mínimo legal estabelecido no artigo 1.076 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Décima - Segunda: A transformação da Sociedade em uma Sociedade Anônima também poderá ser deliberada pelos sócios que juntos reúnam $\frac{3}{4}$ do capital social da Sociedade.

Cláusula Décima - Terceira: Será observado o disposto no art. 1.033 da Lei 10406/2002 quanto a liquidação da sociedade e ainda, poderá ser iniciada a liquidação se:

a) Por dois exercícios consecutivos a sociedade obtiver resultados negativos;

b) Por razões econômicas ou técnicas se tornar inviável a consecução do objeto social;

Parágrafo Único: Será liquidante o sócio titular da maioria do capital social, ou o sócio remanescente, independente da fiscalização pelos demais sócios, sendo que os haveres da Sociedade empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios na proporção da participação respectiva no capital social.

Cláusula Décima - Quarta: A retirada, morte ou incapacidade de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da Sociedade, podendo o autor da herança ser substituído por seus herdeiros ou representante legal em até 180 (cento e oitenta dias).

Parágrafo Único: Pela não observância do prazo acima, na impossibilidade ou mesmo renúncia do direito do ingresso de herdeiro na sociedade, os haveres do sócio retirante,

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB Nº 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Terceira Alteração Contratual

falecido ou incapacitado serão pagos a seus sucessores, ou a quem de direito, com base em balanço especial da Sociedade levantado para esse fim, que deverá ser realizado dentro do exercício anual em que ocorrer o fato, sendo o valor apurado, pago em parcelas que poderão ser anuais ou mensais, desde que não excedam a 2 (dois) anos, porém condicionado sempre à existência de resultados positivos (lucro), uma vez que não pode a situação de sucessão em si, inviabilizar a continuidade do negócio.

Cláusula Décima - Quinta: Será admitida a exclusão de sócio minoritário em caso de justa causa comprovada através de atos que acarretem prejuízo ou mesmo concorrência negocial para com a própria Sociedade, caso em que será observado o procedimento disposto no parágrafo único da cláusula anterior para apuração de haveres.

Cláusula Décima - Sexta: O exercício social começará em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei e os lucros apurados terão a destinação determinada pelos sócios neste contrato ou por deliberação oportuna e os eventuais prejuízos, serão acumulados para compensação em exercícios futuros, considerando que todos os sócios participam nos lucros e nas perdas da sociedade.

Parágrafo Único: Retiradas extraordinárias a título de adiantamento deverão ser previamente autorizadas através de reunião dos sócios e por decisão unânime.

Cláusula Décima - Sétima: Havendo lucro ao final do exercício, este será distribuído entre os sócios em divisão proporcional ou não ao capital social investido.

Parágrafo Único: Excepcionalmente, a Sociedade por deliberação unânime dos sócios, poderá também levantar balanços semestrais, intercalares ou mensais e com base nos mesmos, distribuir lucros.

Cláusula Décima - Oitava: Pelos serviços que prestarem a sociedade, os administradores poderão receber a título de remuneração "pró - labore", quantia mensal a ser fixada, mas até os limites de dedução fiscal previstos na legislação do Imposto de Renda, a qual será levada à conta de despesas gerais.

Cláusula Décima - Nona: A sociedade opta pela regência supletiva pela Lei das Sociedades Anônimas para a solução das omissões contratuais.

Cláusula Vigésima: Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a sociedade, ficou eleito o foro da cidade de PONTA GROSSA - PR, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB Nº 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

CNPJ: 15.556.601/0001-52

Terceira Alteração Contratual

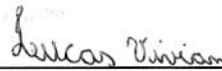
E por estarem assim justas e contratadas, as partes rubricam e assinam o presente instrumento em uma via de igual forma e teor.

Ponta Grossa - PR, 30 de Agosto de 2016.



Fabio Albino Vivian

Reconhecida
1.º Tabelionato



Assistido: Lucas Vivian



Assistente: Fabio Albino Vivian

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB Nº 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME



Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br

1º TABELIONATO DE NOTAS
ARAMIS DE MELO SA JUNIOR
1º Tabelião de Notas
R. XV de Novembro, 277 - F. 3224-2089
84010-020 - Ponta Grossa - Paraná
CAROLINE SPICALSKI - Escrevente

PRIMEIRO TABELIONATO DE NOTAS
Aramis de Melo Sa Junior
Rua XV de Novembro, 277 - F. 3224-2089

Reconheço a(s) firma(s) de:
[0194583]-LUCAS VIVIAN.....
Por VERDADEIRA.
Em testemunho..... da verdade.
PONTA GROSSA/PR, 07 de Outubro de 2016

[Assinatura]
085-CAROLINE SPICALSKI
ESCREVENTE

FUNARPEN - SELO DIGITAL
ckzeD . UAclr . a3hz - ambdG . x9d04
Valide esse selo em www.funarpem.com.br



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/10/2016 08:31 SOB N° 20165041030.
PROTOCOLO: 165041030 DE 08/09/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11602087626. NIRE: 41207342630.
A10 DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS LTDA - ME

Libertad Bogus
SECRETARIA-GERAL
CURITIBA, 10/10/2016
www.empresafacil.pr.gov.br